

1 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Defesa Agropecuária / Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas / Coordenação do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - <u>Decisão nº 84, de 13 de Dezembro de 2018</u>

Defere os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas em decisão.

Das espécies relacionadas, são de interesse:

 Glycine max (L.) Merr.: IMA 731 IPRO, BRS 6480, CZ26B05IPRO, IMA 751 IPRO, BG4781IPRO, BS2590IPRO.

2 - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - <u>Extratos de Pareceres Técnicos nºs 6.201, 6.202, 6.209, 6.210, 6.211, 6.212, 6.213, 6.214/2018</u>

Torna público os processos julgados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio com relação às atividades envolvendo produtos obtidos de organismos geneticamente modificados (OGMs).

Dos processos divulgados, são de interesse:

- 201- Alteração da Comissão Interna de Biossegurança CIBio;
- 202 Liberação planejada no meio ambiente (RN8) de milho geneticamente modificado;
- 209 Liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado;
- 210 Plano de Monitoramento Pós-Liberação Comercial referente à liberação comercial do algodão DAS-21023-5 X DAS-24236-5 x SYN-18102-7;
- 211 Liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado;
- 212 Exclusão de Unidade Operativa de Certificado de Qualidade em Biossegurança CQB;
- 213 Liberação planejada no meio ambiente de citros;
- 214 Liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado.

3 - Ministério da Fazenda / Conselho Nacional de Política Fazendária / Secretaria Executiva - Ato Declaratório n^2 31, de 13 de Dezembro de 2018

Ratifica os Convênios ICMS aprovados na Reunião Extraordinária do CONFAZ em 29.11.2018.

Dos convênios aprovados, destaca-se:

- Convênio ICMS 137/18 Dispõe sobre a adesão do Estado de Mato Grosso do Sul às disposições do Convênio ICMS 74/07, que autoriza as unidades federadas que menciona a revogar benefício fiscal de ICMS previsto no Convênio ICMS 100/97, que dispõe sobre benefícios fiscais nas saídas de insumos agropecuários.
- 4 Ministério da Fazenda / Secretaria da Receita Federal do Brasil / Subsecretaria de



Tributação e Contencioso / Coordenação-Geral de Tributação - Solução de Divergência nº 98.021, de 10 de Dezembro de 2018

Torna público Solução de Consulta com relação à seguinte mercadoria:

Código NCM 3004.90.59 Mercadoria: Medicamento de uso veterinário à base de fluazuron e ivermectina, indicado para tratamento e controle de parasitas externos e internos que infestam bovinos, apresentado em forma de solução injetável, a ser administrado por injeção subcutânea, acondicionado em frascos contendo 200 ml, 500 ml e 1.000 ml.

5 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Portaria nº 1.741, de 12 de Dezembro de 2018

Disciplina sobre as diretrizes e os procedimentos para melhoria da qualidade regulatória na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Dos procedimentos descritos em portaria, destacam-se:

- Construção e lista de temas da Agenda Regulatória;
- Planejamento e acompanhamento de temas na Agenda Regulatória;
- Análise de Impacto Regulatório finalidade e aplicabilidade;
- Elaboração do Instrumento Regulatório Consulta Pública / Audiência Pública / processo decisório;
- Implementação do Instrumento Regulatório;
- Monitoramento e Avaliação do Resultado Regulatório;
- Gestão do Estoque Regulatório;

As diretrizes e os procedimentos dispostos nesta Portaria serão detalhados, quando necessário, em guias, Orientações de Serviço, manuais ou demais instrumentos de comunicação.

Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2019.

6 - Agência Nacional de Mineração - Resolução nº 2, de 12 de Dezembro de 2018

Aprova o Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração - ANM.

Vinculada ao Ministério de Minas e Energia, compete à ANM promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a outorga, a fiscalização e a regulação das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País.

Dos dispositivos descritos em resolução, destacam-se:

- Estrutura Organizacional;
- Diretoria Colegiada;
- Órgãos de Assistência Direta e Imediata da Diretoria Colegiada;



- Superintendências;
- Unidades Administrativas Regionais;

Segundo a presente Resolução, o processo de decisão da ANM referente a regulação terá caráter colegiado, e será deliberada por maioria absoluta dos votos dos membros da Diretoria Colegiada.

As minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão objeto de consulta pública, previamente à tomada de decisão pela Diretoria Colegiada.

Exonerações e Nomeações

Atos do Poder Executivo / Ministério do Trabalho - Decretos de 13 de Dezembro de 2018

- Dispensa **Ricardo Santos Silva Leite** do encargo de substituto eventual do Ministro de Estado do Trabalho;
- Designa **Carlos Pimentel de Matos Júnior**, para exercer o encargo de substituto eventual do Ministro de Estado do Trabalho, no período de 13 a 18 de dezembro de 2018.